

Notas sobre a natureza das crises econômicas em Keynes e Marx

André Bologna de Castro Cardoso¹

Resumo

Marx e Keynes foram dois grandes pensadores sobre a natureza e os problemas do capitalismo. Ambos viam que esse sistema econômico é incapaz, por si mesmo, de gerar bem-estar coletivo da sociedade, devido às crises econômicas e ao desemprego. Mesmo partindo de elementos comuns, como economia monetária de produção, Keynes e Marx tinham perspectivas diferentes sobre as crises econômicas e, conseqüentemente, sobre a possibilidade de gestão ou não do capitalismo. Se primeiro foi um reformista, o segundo foi revolucionário ao propor que o capitalismo seria um sistema inviável, mesmo que se intervisse nele. O intuito do artigo é mostrar as visões de crise para Keynes e para visão marxista, e como essas diferenças se relacionam com as soluções para resolver a crise, enfatizando que para a vertente keynesiana é possível gerenciar o capitalismo, por meio de políticas econômicas, enquanto para a perspectiva marxista isso é impossível.

Palavras-chave: Marx, Keynes, Economia política, Heterodoxia; Crises.

Abstract

Notes on the nature of economic crises in Keynes and Marx

Marx and Keynes were two great interpreters of the nature and problems of capitalism. Both saw that this economic system, in itself, is unable to generate the collective well-being of society, due to economic crises and unemployment. Even starting from common elements, such as the monetary production of economics, Keynes and Marx had different perspectives on economic crises and, consequently, on the possibility of managing capitalism or not. If the first was a reformist, the second was revolutionary in proposing that capitalism would be an unfeasible system, even if it intervened. The purpose of the article is to show the visions of crisis for Keynes and for the Marxist view, and how these differences relate to the solutions to solve the crisis, in order to emphasize that for the Keynesian side it is possible to manage capitalism through economic policies, while from the Marxist perspective this is impossible.

Keywords: Marx, Keynes, Political economy, Heterodox approaches, Crisis.

JEL: B51, E12, P16.

Introdução

As crises econômicas de 1930 e 2008 trouxeram dúvidas quanto à capacidade do sistema capitalista em se ajustar de maneira automática, como pressupõe a teoria neoclássica, cujo eixo central está no equilíbrio geral walrasiano². Se há essa tendência, por que há crises econômicas profundas e como é possível solucioná-las? Essas são questões que surgiram em virtude desses momentos críticos. Há duas importantes vertentes críticas à autorregulação do livre mercado (*laissez-faire*): 1)

(1) Doutorando em Teoria Econômica no Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: andrebolcardoso5@gmail.com.

(2) A ideia de que o mercado se ajusta de maneira automática reside na flexibilidade de preços, em que excessos de oferta ou demanda são eliminados por alterações nos preços relativos. Nesse sentido, por exemplo, se há um excesso de demanda em relação à oferta, os preços tendem a subir, o que leva a uma redução na demanda e aumento na oferta. Isso passa a se aplicar a todos os mercados, garantindo o equilíbrio geral da economia.

keynesiana³ – tal como proposta por Keynes – e a 2) visão marxista⁴, tal como desenvolvida por Marx e outros autores.

O intuito desse trabalho é apresentar a visão sobre crises econômicas e suas possíveis soluções sob a perspectiva keynesiana e marxista, mostrando algumas convergências no entendimento sobre a natureza do capitalismo, mas cujas propostas de solução são antagônicas. A primeira aponta que o capitalismo, se deixado à própria sorte, não é capaz de alcançar o pleno emprego, visto que podem ocorrer problemas de insuficiência de demanda, que dada a existência da incerteza radical, as quais tornam as expectativas futuras dos agentes negativa, o que, por sua vez, acaba prejudicando o investimento. Como forma de evitar que novas crises surjam, a teoria keynesiana defende a utilização da política fiscal – fundamentalmente, gasto público – e política monetária ativa com o intuito de sustentar a demanda e manter as expectativas de retorno de investimento favoráveis. A atuação do Estado deve estar voltada para a sustentação do lucro macroeconômico e da acumulação de capital. Por isso o caráter reformista do pensamento keynesiano.

Por outro lado, a visão marxista alega que o aumento na utilização de máquinas e equipamentos no processo produtivo em relação à contratação de trabalhadores, constituindo a elevação da composição orgânica do capital, faz com que haja diminuição na base de exploração de mais-valor, de modo que a taxa de lucro tende a se reduzir no longo prazo. A crise, portanto, é inevitável. A solução da crise ocorre por meio da destruição de capital para que se possa reduzir a parte constante do cálculo da taxa de lucro e assim retomar a lucratividade.

Para realizarmos essa discussão, dividimos esse trabalho em quatro seções, além desta introdução e conclusão. Na primeira, discutimos a base teórica do pensamento de Keynes, especialmente, o conceito de economia monetária de produção e demanda efetiva. Na segunda seção, sintetizamos o seu pensamento sobre crise e a adoção de políticas econômicas para minimizá-las e resolvê-las. Na terceira, apresentamos a visão marxista geral de Marx sobre o capitalismo, perpassando pontos principais de *O Capital*. E na quarta seção, discutimos, utilizando como referencial teórico não apenas Marx, mas outros autores ligados ao marxismo e à discussão sobre crises econômicas.

1 Economia monetária de produção: demanda efetiva e volatilidade do investimento

Keynes (1973), em sua construção teórica, parte de uma economia monetária de produção ou empresarial, na qual o processo de produção não se inicia a menos que as expectativas de vendas, trazidas a valor presente na forma de dinheiro, sejam pelo menos iguais aos custos monetários da produção. Essa noção de economia empresarial ou monetária estava posta em Marx, conforme o próprio Keynes (*ibid*) afirma. O autor alemão havia apontado que a economia capitalista não funciona nos moldes de M-D-M, em que se produz uma mercadoria (M) em troca de dinheiro (D) para obter outra mercadoria (M), mas, sim, na fórmula D-M-D', na qual, com uma quantia inicial de dinheiro

(3) A vertente Keynesiana é muito ramificada. Não há, necessariamente, uma correspondência entre algumas de suas vertentes com o pensamento original de Keynes. A rigor, portanto, utilização do termo keynesiano para denominar o pensamento de Keynes e seus intérpretes mais originais pode parecer inadequada. Porém, para fins de simplificação teórica e de redação, utilizaremos o termo keynesiano para nos referir aos escritos da Teoria Geral, assim como os rascunhos dessa obra.

(4) A mesma questão exposta na nota de rodapé n. 2 se aplica aqui. Nesse sentido, utilizaremos o termo marxista para denominar o pensamento original de Marx e dos autores que se alinham com a visão de que o capitalismo não apenas não se autorregula como medidas de política econômica apenas prolongam o problema da queda tendencial da taxa de lucro.

(D), compra-se fatores-de-produção (M) para produzir uma mercadoria visando mais dinheiro ao final do processo (D’).

The distinction between a co-operative economy and an entrepreneur economy bears some relation to a pregnant observation made by Karl Marx, – though the subsequent use to which he put this observation was highly illogical. He pointed out that the nature of production in the actual world is not, as economists seem often to suppose, a case of C– M- C, i.e. of exchanging commodity (or effort) for money in order to obtain another commodity (or effort). That may be the stand point of the private consumer. But it is not the attitude of business, which is a case of M-C-M’, i.e. of starting with money for commodity (or effort) in order to obtain more money (Keynes, 1973, p. 81).

Em uma economia monetária de produção, a relevância do dinheiro não se restringe apenas a sua função de meio de troca, conforme apresentado pela teoria neoclássica. Desse modo, a moeda não pode ser considerada neutra⁵ tanto a curto prazo quanto a longo prazo, pois ela afeta as decisões de produção e consumo. Isso porque, diante da incerteza, a moeda serve como um ativo a ser retido, como riqueza por excelência, permitindo com que os agentes econômicos a retenham em detrimento das decisões de gastos, os quais são os que geram renda e emprego (Carvalho, 1999).

Os empresários ou capitalistas, em uma economia monetária de produção, não estão interessados em maximizar lucros, de modo geral ou abstrato, mas o objetivo é obter cada vez mais dinheiro. O traço distintivo de uma economia monetária de produção é o papel que a moeda exerce nas decisões dos capitalistas e dos consumidores, mais especificamente dos primeiros. A não-neutralidade da moeda a curto e a longo prazo é o principal elemento distintivo desse tipo de economia.

Dado que o objetivo de uma economia monetária é obtenção de mais dinheiro ao final do processo produtivo por parte dos proprietários de riqueza, as expectativas sobre os acontecimentos futuros exercem impactos importantes sobre as decisões individuais no que se referem ao consumo e ao investimento. Nesse quadro, o papel da incerteza é fundamental. Keynes (1984) argumentou que esta não é uma questão de probabilidade, mas, ao contrário, os indivíduos possuem apenas vagas ideias sobre o que irá acontecer no futuro, sendo a principal delas sobre a evolução de sua riqueza.

Especificamente, ao basear-se em um fundamento tão frágil, ela [expectativa sobre o futuro] a mudanças repentinas. A prática de calma e imobilidade, de certeza e segurança rompe-se repentinamente. Sem aviso prévio, a conduta humana passa a ser dominada por novos temores e esperanças. As forças do desengano podem repentinamente impor uma nova base convencional de avaliação (ibid, p. 172).

A importância da moeda e a incerteza estão fortemente relacionadas em uma economia monetária de produção. Se não há como prever o futuro, os agentes definem relações baseadas em contratos monetários, visando se precaverem de eventos inesperados a longo prazo. Isto permite às partes terem controle sobre os fluxos de caixa futuros, mesmo em um ambiente de incerteza. Esses contratos só serão executados, diante de pagamentos monetários sob lei civil (Davidson, 1994, cap. 6). Dessa maneira, a posse da moeda não é apenas desejável por si mesma (como ativo), mas, também,

(5) A neutralidade da moeda se refere ao fato dela afetar variáveis reais, como investimento, emprego e produto. Se ela é neutra, uma emissão monetária pode levar os agentes a aumentarem o investimento e consumo, elevando o produto, mas, a longo prazo, o único resultado será inflação, visto que se considera o pleno emprego no longo período.

ao fornecer segurança a seus possuidores de que, ao término de alguns contratos, eles poderão liquidá-los sem problemas adicionais⁶.

Partindo da concepção de Keynes sobre uma economia monetária, outro conceito importante é o da demanda efetiva. Este autor (Keynes, [1936] 2012, cap. 3) aponta para a existência de dois preços fundamentais na decisão de investimento dos capitalistas: o preço da oferta, em que o capitalista possui uma certa expectativa de obtenção de rendimentos mínimos para que se ofereça um determinado nível de emprego; e o preço da demanda, o qual representa o rendimento esperado por colocar em funcionamento a sua capacidade produtiva. O ponto de interseção entre oferta e demanda esperadas é o chamado ponto de demanda efetiva, ou seja, aquela em que demanda esperada irá se realizar no momento futuro. O princípio da demanda efetiva em Keynes, portanto, aponta que é o gasto da comunidade em consumo e investimento que gera renda e emprego. Mas, tal decisão de gasto dependerá das expectativas dos possuidores de meios de produção e da riqueza capitalista sobre a demanda futura, isto é, sobre qual será o ponto de demanda efetiva futura.

O conjunto de decisões de gasto determina em cada momento qual será o nível de renda da comunidade. Portanto, o que os empresários estão decidindo gastar agora na produção de bens de consumo e de bens de investimento será a renda da comunidade (Almeida; Belluzzo, 2002, p. 65).

O nível de emprego, portanto, depende da expectativa sobre qual será o volume de gastos em consumo realizados pela comunidade e dos investimentos feitos pela classe capitalista, de modo que a soma desses dois componentes fornecerá a demanda efetiva. Esta dependerá, portanto, da propensão a consumir⁷ e dos incentivos a investir, notadamente, a eficiência marginal do capital⁸, a qual se refere aos retornos aguardados trazidos a valor presente, descontados a taxa de juros vigente, e a taxa de juros (Keynes, [1936] 2012, cap. 11 e 13). Nesse sentido, os capitalistas realizam um conjunto de gastos baseados em expectativas de demanda futura. Se esta for mais baixa, o investimento será menor e, conseqüentemente, o nível de emprego ficará abaixo do pleno emprego.

O investimento é o principal determinante da demanda, do emprego e da renda na economia capitalista (Keynes, [1936] 2012, cap. 3), com o consumo exercendo um papel subordinado. Se os fatores que determinam a demanda efetiva e, portanto, incentivam o investimento, forem insuficientes, então, haverá desemprego involuntário, ou seja, haverá oferta de mão-de-obra superior à demanda por emprego, e o salário real será superior à desutilidade marginal. Além do mais, essa insuficiência de demanda efetiva inibirá o processo de produção, mesmo que o valor do produto seja superior à desutilidade de marginal.

Na realidade, a simples existência de uma demanda efetiva insuficiente pode estancar, e frequentemente estanca, o aumento do emprego antes de se ter alcançado o nível de pleno emprego. A insuficiência da demanda efetiva inibirá o processo de produção, apesar de o valor

(6) “Para essas unidades financeiras, assim como para as famílias e firmas, a posse de moeda atua como garantia contra déficits nos recebimentos de moeda devido a não pagamento em contratos possuídos ou algum mau funcionamento dos mercados financeiros nos quais essas unidades vendem ativos ou tomam recursos emprestados” (Minsky, 2011, p. 96).

(7) Keynes ([1936] 2012, cap.8 e 9) assume que a propensão a consumir é constante ao longo do tempo, pois depende de fatores institucionais e de hábitos da própria comunidade.

(8) A eficiência marginal do capital, como definido por Keynes, é o fluxo de rendimentos futuros esperados trazidos a valor presente, descontados pela taxa de juros. Se essa taxa for superior à taxa de juros, então a eficiência marginal será maior, o que fomentará o investimento; caso contrário, o investimento não será incentivado (Keynes, 2012, cap. 11).

do produto marginal do emprego continuar superior à desutilidade marginal do emprego (Keynes, [1936] 2012, p. 26).

O ponto fundamental é que, ao ser baseada em expectativas acerca do futuro, a demanda efetiva pode ser insuficiente para se contratar um volume de trabalhadores compatível ao pleno emprego. Keynes, dessa maneira, queria demonstrar que, mesmo que os capitalistas estejam maximizando lucros no equilíbrio, isso pode ocorrer em um quadro de desemprego involuntário. A crise nessa perspectiva keynesiana está inteiramente relacionada ao problema da insuficiência da demanda efetiva em uma economia monetária de produção, na qual a moeda e a incerteza afetam as decisões dos possuidores de riqueza.

2 Crise na perspectiva Keynesiana e políticas econômicas

Não se encontra na obra de Keynes uma explicação em definitivo sobre as causas das crises econômicas. Contudo, seu enfoque estava em uma característica marcante de graves crises: o desemprego involuntário. Na teoria neoclássica, a única forma de desemprego possível é o voluntário, em que, dado o salário que permite o equilíbrio entre oferta e demanda no mercado de trabalho, os trabalhadores não o aceitam, optando por ficarem de fora do mercado.

A Grande Depressão de 1929, ocorrida, inicialmente nos Estados Unidos, mas que logo se alastrou ao redor do mundo, mostrou que tal concepção não se aplicava à realidade, pois os trabalhadores desejavam trabalhar, independentemente do salário vigente, visto que precisavam alimentar suas famílias como a si mesmos. Com uma taxa de desemprego nos Estados Unidos atingindo patamares elevados, como até 25% em 1933, não fazia sentido interpretar tal fenômeno como um simples desejo de renúncia ao trabalho por parte dos trabalhadores. É a partir dessa “falha” no pensamento neoclássico que Keynes propôs uma análise sobre os problemas do capitalismo e de como resolvê-los.

Na perspectiva deste autor, conforme discutido acima, o investimento é a variável central de uma economia capitalista. O problema está em sua volatilidade, pois sua realização está assentada em expectativas permeadas pela incerteza sobre como será a demanda efetiva no futuro. O investimento só é colocado em prática, se a ideia de fracasso, por parte dos capitalistas for deixada de lado e se houver um clima social, político e econômico favorável a sua realização.

A teoria pode ser resumida pela afirmação de que, dada a psicologia do público, o nível da produção e do emprego como um todo depende do montante de investimento (...) de um modo mais geral, a produção agregada depende da propensão ao entesouramento, da política das autoridades monetárias em relação à quantidade de moeda, do estado de confiança referente à rentabilidade futura dos ativos de capital, da propensão a gastar, e dos fatores sociais que influenciam o nível dos salários nominais. Mas, entre esses vários fatores, os que determinam a taxa de investimento são os menos confiáveis, pois são eles que são influenciados por novas visões do futuro, do qual sabemos tão pouco (Keynes, [1936] 2012, p. 178).

Quando a incerteza se agrava, em virtude de perspectivas negativas acerca da demanda, as convenções são rompidas e a preferência pela liquidez⁹ se eleva. Esta última deve ser entendida como

(9) Preferência pela liquidez referida aqui como o desejo por parte dos possuidores de riqueza em alocá-la em ativos líquidos, ou seja, os quais possam ser facilmente convertidas em dinheiro. Ativos líquidos podem ser títulos públicos e financeiros, por exemplo, assim como a própria moeda.

escolha por parte dos possuidores de riqueza de como irão alocar seus recursos monetários: se na compra de ativos financeiros, produtivos ou se ficam com moeda na forma líquida (Keynes, [1936] 2012, cap. 13). Em momentos de crise, os agentes buscam reter moeda e outros ativos mais líquidos ao invés de realizarem gastos de investimento. Pela natureza da sua decisão, dada em um contexto de completa incerteza, o comportamento instável do investimento faz a economia oscilar. A perda das convenções sociais leva à preferência pela liquidez (Afonso, 2012, cap. 1), consequentemente, afetando negativamente o nível de investimento compatível com o pleno emprego (ou com um certo nível de emprego mais elevado).

No quadro de rompimento do estado convencional de formação das expectativas, a questão que Keynes procurou levantar foi a da contradição entre o enriquecimento privado e a criação de riqueza para a sociedade (crescimento das inversões em capital real). Procurou demonstrar que a forma assumida pela crise tende a levar ao limite o impulso de enriquecimento privado, ao ponto de torná-lo antissocial devido à paralisia que impõe ao investimento, à renda e ao emprego (Almeida; Belluzzo, 2002, p. 78).

Conforme as perspectivas negativas vão se alastrando pela economia, os possuidores de riqueza devem optar por ficarem ainda mais líquidos. O fato de, em uma economia monetária, a moeda ser um ativo desejado faz com que haja esse “desvio” da produção para a liquidez, causando desemprego involuntário e as crises econômicas. Nesse sentido, esses dois problemas correlatos são frutos de um sistema econômico, em que as decisões fundamentais dos possuidores de riqueza sobre a alocação de recursos se dão em um contexto de incerteza sobre o futuro. Portanto, não há nenhum mecanismo automático que faça com que os capitalistas optem por adquirir ativos ilíquidos, associados ao investimento produtivo. Ou seja, diante de uma crise profunda, não há nenhum ajuste “natural” que faça a economia capitalista retomar uma trajetória ascendente, tendo em vista a recuperação do emprego e renda.

Carvalho (2008) afirma que um dos problemas centrais da economia, na visão de que Keynes, era a de que o capitalismo deixado por si só não consegue manter um nível de demanda agregada adequado para atingir o pleno emprego. Portanto, diante dessa constatação, o Estado deveria intervir na economia com o intuito de fomentar o gasto da sociedade e com isso eliminar o máximo possível o desemprego involuntário. A insuficiência de demanda agregada, por parte dos gastos privados, faz com que haja necessidade de maiores dispêndios públicos e de uma política monetária expansionista. Com o setor privado retraído, cabe ao Estado a realização de gastos para fomentar a demanda e, consequentemente, melhorar as expectativas futuras de retornos aos capitalistas¹⁰.

No arcabouço proposto por Keynes, as duas principais políticas econômicas capazes de restaurar a demanda efetiva da economia, diante de uma forte crise são a política fiscal e monetária. No que se refere à primeira, a ação governamental não deveria estar focada apenas no curto prazo, mas, também, no longo período. Diante de uma forte crise econômica – como uma Grande Depressão –, o papel imediato do gasto público é a da retomada da demanda efetiva o mais rápido possível, inclusive, sem levar em consideração a forma e a qualidade dos gastos, como expressa na famosa ideia de cavar buracos, de construir catedrais, pirâmides e mansões (Keynes, 2012 [1936], p. 198)

(10) Graças a ele [Estado Grande], a marcha para as grandes depressões é interrompida por vigorosos déficits governamentais que sustentam ou até aumentam os ganhos empresariais. Com a preservação dos lucros, os níveis de emprego são garantidos ou até aumentados (Minsky, 2013, p. 336).

como forma de recuperação da economia. Estes são exemplos extremos e irônicos, mas que indicam que em uma situação grave, qualquer gasto seria válido. Nesses casos mais graves, o que importa é a realização do dispêndio.

Nunca é demais insistir que, no contexto particular da Grande Depressão, Keynes defendia o aumento do gasto público e não dava maior importância para diferenciar sua natureza, pois o crucial naquelas circunstâncias era elevar o gasto e, junto, a dívida do governo (Afonso, 2012, p. 72-73)

Superada a crise, Keynes (1980) argumenta que o objetivo da política fiscal é o de prevenir longas flutuações, por meio de um programa de longo prazo¹¹, cujo papel é a manutenção da demanda agregada em um nível suficiente para melhorar as expectativas dos empresários quanto à eficiência marginal do capital¹². A política fiscal em Keynes, portanto, é um importante instrumento não só para evitar que novas depressões venham a acontecer, como para estimular o próprio crescimento econômico, via aumento da renda e do emprego. O ponto central é que, o Estado pode, por meio da atuação com dispêndio público, ao manter a demanda aquecida, sustentar o lucro macroeconômico e a própria eficiência marginal do capital, criando uma situação favorável ao investimento privado. O intuito da atuação do Estado é sempre manter a dinâmica da acumulação de capital crescente, visando o pleno emprego, ainda que este objetivo não, necessariamente, seja alcançado de maneira permanente¹³.

A perspectiva de Keynes mostra que cabe ao Estado gerir a demanda efetiva da economia, especialmente, em momentos críticos, com o intuito não apenas de resolver uma crise imediata como para evitar que outras aconteçam. O gerenciamento do sistema capitalista ocorre pela chamada socialização do investimento, termo cunhado por Keynes ([1936] 2012) para denominar a coordenação, feita pelo Estado, entre os investimentos públicos e privados, com o intuito de reduzir as expectativas negativas do setor privado. A cura do capitalismo, no pensamento de Keynes, deveria ser buscada pelo controle da moeda e do crédito por uma instituição central, e de um acompanhamento dos negócios, via direcionamento inteligente por parte da sociedade dos investimentos. O Estado funcionaria como importante direcionador das expectativas (Belluzzo, 2016, cap. 10), capaz de minimizar os problemas decorrentes do próprio sistema capitalista.

Por outro lado, a política monetária parte da ideia, como visto, de que a moeda não é neutra nem a curto nem a longo prazo. Por isso, ela é um instrumento importante para sustentar a demanda efetiva e, conseqüentemente, elevar o emprego. Se o desemprego existe, é porque as pessoas desejam moeda, então, a tarefa do Banco Central é emitir moeda, visando não apenas atender a maior demanda

(11) “Se dois terços ou três quartos do investimento são realizados ou influenciados pelas autoridades públicas ou semipúblicas, um programa de longo prazo com caráter estável deveria ser capaz de reduzir o alcance das flutuações a limites muito mais estreitos do que antes, quando o pequeno volume de investimento sob controle público e mesmo quando esta parte tendia a seguir ao invés de corrigir a flutuação investimento no setor estritamente privado da economia” (Keynes, 1980, p. 322).

(12) Superada a crise, em outro contexto, quando muito da oscilação, Keynes introduziu o debate sobre a natureza e a qualidade do gasto público como parte dos esforços para evitar que a depressão voltasse a se repetir e, se isso ocorresse, ao menos para tentar atenuar seus impactos. Nessas novas circunstâncias, o governo gastar em investimento passaria a fazer diferença em relação às demais despesas (Afonso, 2012, p. 74).

(13) Aqui fizemos uma breve síntese sobre a política fiscal em Keynes. Para maiores detalhes ver Afonso (2012) e Carvalho (2008).

por moeda, mas ao elevar sua oferta, reduzir o seu preço ou sua taxa de retorno, que é a taxa de juros (Keynes [1936] 2012).

Isso quer dizer que o desemprego se desenvolve porque as pessoas querem a lua – os homens não conseguem emprego quando o objeto dos seus desejos (isto é, dinheiro) é uma coisa que não se produz e cuja demanda não pode ser facilmente restringida. Não há outro remédio senão persuadir o público de que a lua e o requeijão são praticamente a mesma coisa, e pôr a trabalhar uma fábrica de requeijão (isto é, Banco Central) sob controle do poder público (ibid, p. 213).

Uma política monetária expansionista, a qual permite a redução da taxa de juros, possui um efeito indireto sobre as decisões de alocação dos recursos dos possuidores de riqueza, pois o seu intuito é tornar outros ativos menos líquidos mais atrativos. Assim, aqueles ativos, cujas taxas de retornos, como bens de capital, estavam abaixo da taxa de retorno da moeda, a taxa de juros, se tornam mais interessantes de serem adquiridos.

Assim, a política monetária na abordagem de Keynes não influencia a economia exclusivamente (e talvez nem principalmente) aumentando ou diminuindo a oferta de meios de pagamento, mas sim aumentando ou diminuindo a disponibilidade de ativos líquidos frente às outras classes de ativos. Com isso, a política monetária afeta não apenas a produção corrente, mas também as decisões de investimento e, portanto, as possibilidades reais da economia mesmo no longo termo (Carvalho, 2005, p. 327).

A combinação de uma política fiscal e política monetária expansionistas, com o intuito de tornar atraentes os ativos ilíquidos, são recomendações de políticas econômicas feitas por Keynes para “salvar” o capitalismo, quando o desemprego estiver elevado e o crescimento econômico prejudicado. Não há automatismo no pensamento keynesiano, no sentido de que essas medidas, inevitavelmente, obterão os resultados esperados. Contudo, as chances de crises econômicas mais profundas ocorrerem são menores, quando o Estado exerce um papel mais amplo do que em um arranjo de livre mercado puro.

O que se nota claramente é que a proposta keynesiana não é revolucionária, mas, ao contrário, ela é reformista no sentido de utilizar o Estado e políticas econômicas não para acabar com o capitalismo, mas tentar evitar que as crises se tornem frequentes e graves. Algo bem diferente do que propõe os marxistas.

3 Acumulação e contradições no capitalismo: pensamento de Marx

O objetivo de Marx era estudar o modo de produção capitalista, ou mais especificamente, o capital. Contudo, ele não inicia sua análise pelo capital, e, sim, pela mercadoria. Segundo ele, em todas as sociedades, existem bens feitos para troca, contudo, apenas no capitalismo uma coleção de mercadorias é forma elementar de riqueza (Marx, 2013, cap. 1; Heinrich, 2012, cap. 3). Nesse sistema econômico, as mercadorias são produzidas não para satisfação de necessidades individuais, mas para a generalização de trocas.

A mercadoria possui um duplo caráter: ela é objeto útil e suporte de valor (Marx, 2013, cap. 1). A característica de valor de uso é “natural” à mercadoria, no sentido de que ela gera uma certa utilidade ao seu possuidor. Por outro lado, o valor de troca não é algo natural, mas, ao contrário, só existe em um ambiente social, no qual os produtores produzem, visando a conversão das mercadorias

em dinheiro¹⁴ (Heinrich, 2012, cap. 3). Para que elas sejam efetivadas, faz-se necessário que haja um elemento em comum a todas elas¹⁵ (Marx, 2013, cap. 1). O valor é esse elemento comum às mercadorias. É a sua existência que permite comparar mercadorias diversas e efetivar as trocas. Contudo, qual a base do valor? Marx (2013, cap. 1) aponta a existência de dois tipos de trabalho na sociedade capitalista. O primeiro é o trabalho útil, em que o homem se utiliza das matérias-primas existentes na natureza para produzir bens. É a condição de existência do homem. Podemos deduzir que esse tipo de trabalho existe em todas as sociedades e não é algo específico do capitalismo.

Já o segundo tipo de trabalho é o abstrato, que produz valor. Marx (ibid) argumenta que esse tipo de trabalho abstrai o trabalho concreto de se produzir uma certa mercadoria¹⁶. Segundo Heinrich (2012, cap. 4), o carpinteiro não produz valor como carpinteiro, e, sim, ele produz valor com sua atividade abstraído-a de suas manifestações mais concretas. Esse trabalho abstraído de suas características concretas é denominado por Marx como trabalho abstrato. E este trabalho que origina o valor, ou seja, o trabalho abstrato é substância do valor.

Ressalta-se que esse trabalho abstrato não é algo universal, eterno, existente em todas as sociedades. De modo inverso, é um trabalho despersonalizado ou impessoal, à medida que ele não é feito para satisfazer necessidades concretas e específicas, mas apenas para sua colocação no mercado para ser trocada por outra mercadoria. O trabalho abstrato só pode existir, quando há generalização plena das trocas (Rubin, 1980, cap. 14).

O trabalho abstrato não é apenas trabalho socialmente igualado, isto é, abstraído das propriedades concretas, trabalho impessoal e homogêneo. É o trabalho que só se torna social como trabalho impessoal e homogêneo. O conceito de trabalho abstrato pressupõe que o *processo de despersonalização ou igualação seja um processo unificado através do qual o trabalho é socializado, ou seja, que esteja incluído na massa total do trabalho social*. Essa igualação do trabalho pode ocorrer, mas apenas mentalmente e como previsão, no processo de produção direta, antes do ato de troca. Mas, na realidade, ela ocorre através do ato de troca, através da igualação (ainda que mental e prevista) do produto desse trabalho a uma determinada soma de dinheiro (Rubin, 1980, p. 158. Itálico do autor).

É nessa expressão de equivalência que se evidencia o caráter específico do trabalho criador, ou o trabalho abstrato. Este não é, em si, valor, mas, se torna valor de forma cristalizada. Como valor de uso, uma mercadoria é distinta uma da outra, mas como valor, elas são idênticas, pois possuem um mesmo denominador em comum (Marx, 2013, cap. 1). Desse contato entre mercadorias surge dois polos: a forma relativa e a forma equivalente, na qual uma mercadoria expressa seu valor em outra

(14) *“To be a commodity, to therefore have an exchange value in addition to a use value, is not a ‘natural’ property of things, but rather a ‘social’ one: only in societies where things are exchanged do they possess an exchange value, only then are they commodities”* (Heinrich, 2012, p. 40).

(15) *“Certa mercadoria, 1 quarter de trigo, por exemplo, é trocada por x de graxa de sapatos ou por y de sede ou por z de ouro etc., em suma, por outras mercadorias nas mais diversas proporções. O trigo tem, assim, múltiplos valores de troca em vez um único. Mas sendo z graxa de sapatos, assim como y de sede e z de ouro, etc. têm de ser valores de troca permutáveis entre si ou valores de troca de mesma grandeza. Disso se segue, em primeiro lugar, que os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Em segundo lugar, porém, que o valor de troca não pode ser mais que o modo de expressão, a “forma de manifestação” de um conteúdo que dele pode ser distinguidos (...) Do mesmo modo, os valores de troca das mercadorias têm de ser reduzidos a algo em comum, em relação ao qual eles representam um mais ou menos (Marx, 2013, p. 115).*

(16) Para produzir mesa, a forma e os materiais são diferentes da produção de sapatos, de roupas. Ou seja, esses trabalhos são específicos, levam em conta características determinadas para a produção dessa mercadoria. A ideia do trabalho abstrato é, justamente, abstrair esse caráter específico da produção de mercadorias.

(forma relativa), a qual serve como o suporte para essa expressão (forma equivalente). O corpo da mercadoria equivalente serve como espelho para refletir (expressar) o valor da mercadoria em sua forma relativa (ibid).

Quando todas as mercadorias se relacionam com uma única mercadoria equivalente, esta assume a forma de valor universal, pois ela “empresta” seu corpo para que todas as mercadorias possam expressar seu valor. Como o valor é algo social, a objetividade do valor só ganha expressão na relação social com equivalente geral. A mercadoria equivalente-geral é excluída do mundo das mercadorias, de modo que sua forma corpórea é a expressão mais cristalizada do trabalho humano abstrato. Todas as mercadorias expressam seu valor nessa mercadoria universal.

A forma dinheiro segue quando a forma equivalente se desenvolve até chegar a uma forma geral, aceita como expressão de valor de todas as mercadorias e que tenha reconhecimento social – chama-se dinheiro. A antítese interna de cada mercadoria entre valor de uso e valor de troca se desdobra até chegar à antítese externa entre mercadoria e dinheiro. São limitações simples que fazem a antítese valor de uso e valor se desenvolverem até a separação entre mercadoria e dinheiro, visto que a progressão de suas formas é a busca do valor por uma forma adequada de expressão (Borges Neto, 2002, cap. 1).

Dinheiro é a cristalização social de todo trabalho humano, é a mercadoria geral. Ou seja, é a forma de representação adequada do valor, mas a expressa de modo imperfeito, de modo que seu valor é variável (ibid). O dinheiro, portanto, surge dessa relação entre mercadorias em sua forma relativa e mercadoria equivalente. Nesse sentido, podemos entender o dinheiro como ele é na realidade capitalista e não algo existente em todas as sociedades humanas. Isso porque, o dinheiro surge como a cristalização social ou até mesmo material do trabalho abstrato, o qual só existe em sociedades, nas quais há generalização das trocas e a produção é voltada ao mercado.

Marx (2013, cap. 4) aponta a produção e circulação de mercadorias como ponto de partida do capital. Todo capital entra nesse processo, inicialmente, como dinheiro que se transforma em capital. Dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital se diferenciam pela forma de circulação. A fórmula inicial é M-D-M, em que a mercadoria se transforma em dinheiro e depois em uma nova mercadoria. Contudo, há uma segunda fórmula: D-M-D', em que o dinheiro se transforma em mercadoria e depois em capital (mais dinheiro), tal como, inclusive, percebido por Keynes, conforme apresentado na seção 1.

No processo D-M-D', o dinheiro é o início e o final do processo, sendo cada vez mais acumulado. Esse movimento de acréscimo de dinheiro ao final do processo é o capital. O capital não é meramente um valor que se acresce, mas um valor que se valoriza por si mesmo, ao comprar força de trabalho como mercadoria (Heinrich, 2012, cap. 3), em um movimento contínuo de D-M-D'-M-D'' (...). De um lado, na circulação simples, o objetivo é obtenção de valores de uso, ou seja, de mercadorias. Contudo, na circulação do dinheiro como capital, é o dinheiro o próprio objetivo, dado que a valorização do capital existe apenas nesse movimento de repetição, cujo resultado é a contínua obtenção de mais-valor na forma monetária (Marx, 2013, cap. 4).

O capital é valor que se movimenta, mudando de forma com o intuito de se valorizar ao final. A partir desse momento, a análise se depara com uma nova substância social que constitui o valor: ao se tornar capital, o valor adquire uma dinâmica própria e se transforma em substância semovente

e sujeito automático (Borges Neto, 2002, cap. 1). Esse ponto é importante, pois o processo de acumulação de capital ou de valorização do valor é algo inconsciente aos próprios capitalistas, como se adquirisse vida própria. Na esfera da produção, uma soma inicial de dinheiro se torna mais dinheiro ao fim do processo. Surge, então, a questão, por que isso ocorre? O ponto fundamental para entender o capital está na existência de uma mercadoria especial, cujo valor de uso possa ser fonte de valor, ou seja, a de criar valor. Essa mercadoria especial que o possuidor de dinheiro encontra no mercado é a força de trabalho (Marx, 2013, cap. 4).

Para poder vender a capacidade de trabalho como mercadoria, o seu possuidor deve ser livre proprietário do seu trabalho – ou seja, ele deve ser o dono de sua capacidade de trabalhar -, de modo que ele, ao se encontrar com o possuidor de dinheiro, possa vender sua força de trabalho. Nesse sentido, de maneira formal, eles são juridicamente iguais, tal como possuidores de mercadoria na esfera da circulação. O valor da força de trabalho – seu valor de troca – é determinado pelo tempo necessário de sua reprodução, ou seja, é, basicamente, o valor dos meios de subsistência necessários para a manutenção e reprodução em termos médios de sua força de trabalho. Marx ressalta que a relação entre trabalhador e capitalista é um contrato, pois o primeiro aparece – pelo menos, formalmente – como possuidor de sua força de trabalho, como um ser humano livre. Temos uma relação de troca como “qualquer outra”: o capitalista compra a capacidade de trabalho, e o trabalhador recebe um salário por isso.

Como coloca Marx (2013, cap. 5), o capitalista, ao comprar uma determinada força de trabalho, faz com que o trabalhador produza um determinado valor de uso. O processo de trabalho é atividade para um fim, produzir valor maior do que o introduzido no processo. Na relação capitalista, a capacidade de trabalho pertence ao trabalhador que a vende ao capitalista, e o produto pertence ao capitalista e não ao trabalhador.

O ponto central, nessa análise de Marx (ibid), está na diferença entre força de trabalho e o trabalho dispendido, de modo que a primeira é o valor de troca da força de trabalho, enquanto o segundo é seu valor de uso. Para manter sua capacidade reprodutiva, o trabalhador recebe um valor – salário – ao custo de sua reprodução com sua força de trabalho, necessário para se manter vivo e trabalhando durante a jornada de trabalho. Contudo, o capitalista comprou a jornada inteira de trabalho, de modo que o trabalhador realiza seu trabalho em um período acima das horas necessárias para se ele se mantenha vivo. Esse diferencial entre o que ele produz como força de trabalho – valor de uso – e a capacidade de trabalho, ou seja, de se reproduzir a força de trabalho – valor de troca – é a origem do mais-valor¹⁷ (s).

A parte do capital utilizada para pagar salários é denominada da capital variável (v). Assim, os trabalhadores recebem v, mas o valor adicionado por eles é v + s, enquanto a parte do capital destinada à compra de meios-de-produção é denominada de capital constante (c). O valor da massa de mercadorias pode ser expresso em c + v + s. A valorização do capital é resultado apenas do componente variável, pois o capital constante apenas transfere valor à mercadoria (Marx, 2013, cap. 4). O nível de valorização pode ser expresso na relação entre mais-valor e capital variável: s/v,

(17) Por exemplo, das 12 horas que um trabalhador trabalha, ele efetivamente recebe por apenas 6, sendo as outras 6 apropriadas pelo capitalista. Assim, supondo que o capitalista gaste R\$27 para produzir algo e essa mercadoria tenha valor de R\$30, criou-se um mais-valor de R\$3, que foi o trabalho não pago. Assim, o dinheiro se converteu em capital, ou seja, valor que se valoriza. Esse processo ocorre ao mesmo tempo dentro e fora da esfera de circulação.

denominado de taxa de mais-valor. Ela mede a exploração do trabalho e é calculada em porcentagem. Se $s = 40$ e $v = 40$, então a taxa de exploração é 1, ou seja, 100%. Se tivermos, 20/40, então a taxa de mais-valor é de 50% - a exploração diminui, nesse último caso. Essa taxa é uma categoria teórica que visa compreender cientificamente – em termos matemáticos – o processo de valorização do capital (Heinrich, 2012, cap. 4).

Segundo Marx (2013, cap. 10), pode-se aumentar o mais-valor sem aumentar a jornada de trabalho, por meio da redução do tempo necessário para o trabalhador se reproduzir, ou seja, reduzindo o valor da força de trabalho – ao reduzir, por exemplo, o valor dos bens de subsistência. Ou seja, se antes o trabalhador necessitava de 10 horas para conseguir reproduzir sua força de trabalho, com a redução do valor da sua cesta que compõem os bens para sua subsistência, ele só precisa trabalhar 9 horas para se sustentar, mas, como a jornada de trabalho se mantém, o mais-valor recebido pelo capitalista se eleva. Para conseguir essa proeza, é necessária a elevação da produtividade e, portanto, de se revolucionar os métodos produtivos. Assim, o mais-valor absoluto é aquele obtido pelo simples aumento da jornada de trabalho; e mais-valor relativo ocorre, via redução do valor da força de trabalho, decorrente da produtividade¹⁸.

A concorrência exerce um papel fundamental nesse movimento dos capitalistas na busca pela introdução de novas tecnologias para reduzir seus custos. Para que o capital continue se expandindo, as escalas de produção e a produtividade precisam aumentar. A disputa entre capitalistas se torna o elemento catalisador desse processo, pois, aqueles que não adotam ações para diminuir seus custos estão fadados à falência. A introdução de métodos mais sofisticados e mais tecnológicos permite o aumento da mais-valor relativa, elevando exponencialmente as possibilidades de valorização do capital (Sawaya, 2006, cap. 1; Heinrich, 2012, cap. 5).

Se, individualmente, o capitalista não inovar, outro o fará, de modo que aquele que não se movimenta nesse processo irá perder mercado e, conseqüentemente, irá à falência. É a concorrência que impulsiona esse processo contínuo de valorização do capital e introdução de tecnologias.

Thus does competition compel capitalists (always have in mind, “capitalist” refers not necessarily to an owner of capital but to capital per-sonified: see section 4.2) to join in the increase in productivity initiated by another capitalist, even if at an individual level they have no interest in an increasing valorization of capital. The intrinsic laws of capital, such as the tendency toward lengthening the work day and the development of productivity, are independent of the volition of individual capitalist (Heinrich, 2012, p. 108).

Cada vez mais, portanto, os capitalistas irão procurar adquirir máquinas e equipamentos mais sofisticados para fomentar a valorização do capital, por meio do aumento da produtividade. O aumento na utilização de bens de capital na produção, faz com que haja elevação na composição técnica do capital ou a composição orgânica do capital. Esta é definida como a relação, em termos de valores, entre capital constante (c) e o capital variável (v) (Marx, 1980, cap. 9).

O ponto fundamental que Marx (ibid, cap. 9 e 10) procura demonstrar é que a parte variável do capital cresce em menor proporção em relação ao capital constante. Emerge, desse modo, uma forte contradição do capitalismo: os capitalistas adquirem cada vez mais capital constante, visando

(18) Para que o mais-valor relativo seja obtido por algum capitalista individual não basta que ele inove, mas que os capitalistas em geral realizem profundas transformações produtivas para que o valor dos bens de subsistência seja reduzido de maneira geral na economia.

ampliar a produtividade, e, conseqüentemente, diminuem a parte variável, ou seja, contratação de trabalhadores, a qual é a base do mais-valor, e, portanto, da valorização do capital.

Por um lado, o capital adicional formado no decorrer da acumulação atrai, proporcionalmente a seu volume, cada vez menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente numa nova composição, repele cada vez mais trabalhadores que ele anteriormente ocupava (Marx, 2013, p. 704).

A tendência de elevação na composição orgânica do capital, ou seja, a utilização crescente do capital constante em relação ao capital variável não é algo do qual os capitalistas têm controle, mas faz parte do próprio movimento necessário da acumulação de capital: aqueles capitalistas que não inovam e não barateiam seus custos de produção perderão parcela no mercado, deixando, inclusive, de existir no metabolismo social do capitalismo. É desse movimento que Marx partirá para discutir a crise econômica.

4 Crise na visão de Marx: lei tendencial da queda taxa de lucro

Segundo Callinicos (2016, cap. 6), não vamos encontrar em O Capital (incluindo seus três volumes) uma teoria articulada e acabada de crises, mas concepções multidimensionais de economia da crise e seu papel no modo de produção capitalista. Ou seja, não há, pelo menos em O Capital, algo definitivo sobre a natureza das crises econômicas. Mas de qualquer forma, mapeando o pensamento de Marx tal como fez Callinicos (ibid) é possível ver que a noção de crise em Marx está apoiada na superprodução e super acumulação.

Esses processos de super acumulação e superprodução podem ser vistos na lei tendencial de queda na taxa de lucro. Para Roberts (2016, cap. 1), é ela quem está por detrás das depressões econômicas. Mas o que ela quer dizer? Marx (1986, cap. 13), mostra que a taxa de lucro tende a cair com o decorrer do tempo. Sendo a fórmula do lucro: $L = \frac{s}{c+v}$, sendo s o mais-valor, c capital constante e v o capital variável, à medida que se aumenta a composição orgânica do capital (meios de produção crescem mais do que o número de trabalhadores, ou seja, com c crescendo em um ritmo superior a v). O aumento de c busca aumentar s . Mas o aumento de s é limitado por limites biológicos e institucionais, enquanto o aumento de c não tem limites. Daí a queda da taxa de lucro.

A massa de trabalho vivo decresce relativamente à massa de trabalho materializado que se coloca em movimento em comparação com que se emprega de meios-de-produção. Desse modo, a massa de mais-valia decresce em relação ao capital total aplicado. O lucro é a relação entre massa de mais-valia e o valor do capital total aplicado, de modo que redução da primeira (pois se está extraindo menos mais-valor), enquanto a segunda aumenta, isso faz com que a taxa de lucro caia, portanto.

A Lei Tendencial, tal como apresentado por Marx (1986, cap. 13), diz que os capitalistas sempre estão engajados em uma competição frenética pela venda de bens e serviços. Caso não obtenham lucros, eles vão à falência. A elevação dos lucros é obtida com a contratação de mais trabalhadores para produzirem mais-valor. Com o objetivo de reduzir os custos, os capitalistas utilizam-se de mais tecnologia na produção. Dentro desse processo de acumulação, o valor dos meios de produção cresce mais do que o trabalho empregado, de forma que o capital constante cresce relativamente mais do que o capital variável (Roberts, 2016, cap. 1).

Pode-se resumir a lei tendencial de queda na taxa de lucro como: dado um determinado capital, a porção que se constitui em meios de trabalho é cada vez maior em relação ao trabalho vivo, em decorrência da necessidade que a concorrência impõe. A massa global de trabalho vivo adicionado é cada vez menor e, conseqüentemente, a parte do trabalho não pago, o mais-valor, diminui proporcionalmente. Ressalta-se que o mais-valor pode aumentar em absoluto, inclusive com uma taxa de mais-valor até mais alta, contudo, se, em termos proporcionais, o capital constante crescer mais, a tendência de a taxa de lucro cair mantém-se.

A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social de trabalho. Com isso não está dito que a taxa de lucro não possa cair transitoriamente por outras razões, mas está provado, a partir da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia, que em seu progresso a taxa média geral de mais-valia tem de expressar-se numa taxa geral de lucro em queda. Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, posta por ele em movimento, isto é, o meio de produção consumido produtivamente, assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valia tem de estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital global empregado (Marx, 1986, p. 164).

A posição de Roberts (2016) é clara quanto à natureza das crises econômicas em Marx:

Na visão de Marx, a lei mais importante da economia política era a tendência da taxa média de lucro do capital a cair. Ao fazer esse argumento, ele postula a causa última das crises capitalistas no processo de produção capitalista, especificamente na produção para o lucro (ibid, p. 14).

Mazzuchelli (2004, cap. 1) aponta que a contradição do capitalismo é sintetizada em sua lei de tendência, cujo resultado é a queda da taxa de lucro¹⁹. A expansão do capitalismo só ocorre, devido à redução do trabalho vivo, porém, essa diminuição leva à queda na taxa de lucro, ainda que haja um mais-valor crescente. A própria expansão do capitalismo, via barateamento das mercadorias e produtividade, acaba por gerar a sua própria crise, já que a alteração na estrutura produtiva (ao se aumentar máquinas e equipamentos em detrimento do capital variável) acaba por gerar uma tendência de queda no lucro. As crises, portanto, são resultado dessa contradição imanente do capitalismo.

A contradição, expressa de forma bem genérica, consiste em que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo o valor e a mais-valia nele incluídos, também abstraindo as relações sociais, dentro das quais transcorre a produção capitalista; enquanto, por outro lado, ela tem por meta a manutenção do valor-capital existente e sua valorização no grau mais elevado ou seja, crescimento sempre acelerado desse valor. Seu caráter específico está orientado para o valor-capital existente, como meio para a máxima valorização possível desse valor. Os métodos pelos quais ela alcança isso implicam: diminuição da taxa de lucro, desvalorização do capital existente e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho às custas das forças produtivas já produzidas (Marx, 1986, p. 188).

(19) “Esses resultados se produzem concomitantemente, com o que se explicita de modo contundente a natureza contraditória da acumulação capitalista: o mesmo processo que induz sua aceleração contínua (barateamento do capital constante; elevação da taxa de mais-valia etc.) determina uma alteração na estrutura interna do capital, que redundará na tendência à queda da taxa de lucro” (Mazzuchelli, 2004, p. 30).

Como uma contradição necessária ao próprio capitalismo, a crise não é resultado de falhas nas engrenagens do sistema (como a falta de perspectiva de lucros futuros e de espírito animal pujante, os quais levam a um nível de investimento suficiente para manter a economia aquecida), tal como apontado por Keynes na problemática da insuficiência da demanda efetiva, mas o próprio sistema possui problemas sem que seja possível minimizar suas contradições iminentes.

Por outro lado, Marx (1986, cap. 14) mostra que há contra tendências que prolongam à ação da lei tendencial de queda na taxa de lucro. A primeira é aumento do grau de exploração do trabalho. A elevação da mais-valia em termos absolutos, por exemplo, sem elevação do capital constante empregado, é uma forma de se evitar a tendência à queda da taxa de lucro, pois permite aumentar a massa de mais-valia, conseqüentemente, de lucro. O segundo é a redução de salários, visando aumento do mais-valor.

Um terceiro fator seria redução do preço da parte constante do capital, em decorrência do aumento da produtividade do trabalho. Assim, por mais que aumentem em termos de massa, em termos de valor estes poderiam ficar constantes ou até decair. Desse modo, um mesmo fator que poderia reduzir a taxa de lucro, pode impedir que ela decresça, em função da queda do preço dos meios-de-produção. Um quarto fator seria a superpopulação relativa é um outro fator. Isso porque, com uma superpopulação relativa abundante, os salários seriam tão baixos, a ponto de que muitos capitalistas utilizarem trabalho vivo ao invés de mecanizarem a produção. O quinto fator é comércio exterior – pela importação – permite baratear os elementos do capital constante e dos meios de consumo, fazendo com que aumente a taxa de lucro pelo aumento da mais-valia relativa e decréscimo do valor dos meios-de-produção.

Contudo, ainda que essas contra tendências impeçam que a taxa de lucro decresça sempre, elas não são suficientes para eliminar a tendência. É inevitável que a concorrência e a busca por mais lucros levem os capitalistas a incorporar progresso técnico e empregar relativamente menos trabalhadores. A crise, portanto, é inevitável e não há nada que se possa fazer para evitá-la, porque é inerente à lógica de funcionamento do capitalismo.

A queda na taxa de lucro e a acumulação acelerada são aspectos do mesmo processo de ampliação da produtividade. Esse aumento da acumulação, via progresso técnico, ao elevar o a composição orgânica do capital faz com que a taxa de lucro caia. As inovações provocam a concentração e a centralização do capital por capitalistas maiores, com maiores recursos para implementá-las. Se o motor do capitalismo é a taxa de valorização como um todo, a queda da taxa de lucro dificulta ou inviabiliza o capitalismo, visto que contribui para formação de crises (Marx, 1986, cap. 15).

Assim, no desenvolvimento capitalista, a taxa de lucro decresce, apesar deste decréscimo ser provocado por inovações que, a nível do capitalista individual, são usadas para aumentar o lucro, via redução de custos. Desse modo, o próprio “sucesso” do capitalismo, para os que aumentam sua massa de lucro por meio da concentração de capital, acaba por causar redução da taxa de lucro. As crises, nesse sentido, são soluções momentâneas e violentas das contradições existentes que permitem restaurar o equilíbrio, ainda que precário:

Essas distintas influências se fazem valer ora justapostas no espaço, ora sucessivamente no tempo; periodicamente o conflito entre os agentes antagônicos se desafoga em crises. As crises

são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado (Marx, 1986, p. 188).

Segundo Roberts (2016, cap. 1), a crise é um momento necessário para reverter a queda na taxa de lucro e elevar a lucratividade, novamente. Durante esse processo, muitos capitalistas vão à falência. Os investimentos líquidos se reduzem e a capacidade já instalada é utilizada, de modo que o aumento dos meios-de-produção é baixo, enquanto de outro lado, a maior capacidade ociosa é ocupada por meio da contratação de mais trabalhadores. A retomada dos lucros é feita dentro do movimento de queda do ciclo. Ou seja, a ascensão é derivada da queda e vice-versa.

Para se resolver a crise, é necessário que haja destruição de capital – tanto em termos físicos, mas, especialmente, em valor. O capital empregado precisa ficar ocioso, com o intuito de sua redução em termos de valor (ou seja, para que capital constante diminua), abrindo espaço para a contratação de mais trabalhadores. Com a parte variável crescendo relativamente acima da parte constante, ocasiona-se uma queda na composição orgânica do capital, permitindo iniciar um novo processo de acumulação, com a retomada da taxa de lucro.

Como se resolveria novamente esse conflito [da queda da taxa de lucro] e se restabeleceriam as condições correspondentes ao movimento “sadio” da produção capitalista? A forma da resolução já está contida na mera formulação do conflito de cuja resolução se trata. Ela implica uma colocação em alqueive e até mesmo um aniquilamento parcial de capital, num montante de valor de todo o capital adicional ΔC ou então de parte dele (Marx, 1986, p. 191).

Como aponta Callinicos (2016, cap. 6), Marx defendia que a recessão ou a crise cumpria um papel importante mais do que ser apenas perda de riqueza: é a forma de restabelecer o equilíbrio – ainda que sejam um equilíbrio temporário e precário. A crise, portanto, é a forma de restaurar a lucratividade por meio da própria destruição de capital. Esta última deve ser feita não apenas em termos físicos, mas, principalmente, em termos de valor, por meio da redução de preços tanto dos ativos financeiros – como ações e dívidas – como dos bens de capital e outros (Klimann, 2012, cap. 5), sendo fundamental para a retomada da lucratividade.

No entanto, a destruição do capital não é apenas uma consequência de graves crises econômicas e das quedas que elas desencadeiam. É também uma das principais causas dos surtos que se seguem, porque é um fator crucial que ajuda a restaurar a rentabilidade (Klimann, 2012, p. 23).

A disputa sobre quem irá arcar com o ônus da crise é intensa e desigual, visto que essas perdas são distribuídas de modo heterogêneo, dependendo das vantagens de cada capitalista ou da posição já alcançada. Os capitalistas mais bem posicionados, ou de maior porte, além de concentrarem parte do seu capital, acabam por adquirir as empresas menores – que não podem destruir capital a não ser por meio de falência -, intensificando o processo de centralização de capital. Ainda que Marx (1986, cap. 15) aponte que nesse momento haja intensificação da concorrência, em decorrência da forte disputa pela compensação dessa destruição de capital, o que se vê na crise é o aumento dos oligopólios e monopólios.

A retomada da taxa de lucro deve vir com ociosidade e destruição meios de produção, tais como capital fixo e capital circulante. Ou seja, os meios de produção precisam cessar sua função como elementos de valorização do capital. Nesse sentido, há uma superprodução de meios de produção que funcionam como capital. A queda dessa capacidade de explorar o trabalho de modo

“adequado” faz com que surjam perturbações e estagnações, como as crises, no capitalismo (Marx, 1980, cap. 15).

Como se nota, as crises, dentro da perspectiva adotada por Marx, são recorrentes no capitalismo, pois é a própria acumulação de capital – objetivo central e único desse sistema – que leva ao aumento da composição orgânica do capital e a negação da própria base de valorização do capital – o trabalho assalariado –, redundando na queda da taxa de lucro, força-motriz do capitalismo. Mesmo que uma nova acumulação venha como consequência da própria destruição de capital, em virtude da concorrência e da busca desenfreada pela valorização de capital, especialmente, via introdução de novos métodos produtivos, apenas acirra a contradição expressa na lei tendencial de queda da taxa de lucro. Desse modo, como o objetivo do capital é maximizar lucros, independentemente de seus resultados sociais – como desemprego e miséria –, são necessárias crises cada vez mais intensas para se retomar a taxa de lucro (Marx, 1986, cap. 15), mas nem sempre com sucesso e às custas de profundos problemas, como desemprego e pobreza. Não à toa, este autor defende que o sistema capitalista é historicamente determinado e, portanto, destinado a ser superado pelas suas próprias contradições:

As barreiras entre as quais unicamente podem mover-se a manutenção e a valorização do valor-capital, que repousam sobre a expropriação e pauperização da grande massa dos produtores, essas barreiras entram portanto constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital precisa empregar para seu objetivo e que se dirigem a um aumento ilimitado da produção, a produção como uma finalidade em si mesma, a um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais de trabalho. O meio – desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais de trabalho – entra em contínuo conflito com o objetivo limitado, a valorização do capital existente. Se, por conseguinte, o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e para criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é simultaneamente a contradição constante entre essa sua tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhe correspondem (Marx, 1986, p. 189).

Independentemente da forma como a economia capitalista se estrutura em relação à atuação do Estado – com maior ou menor intervenção –, é de sua própria natureza geração de crises profundas. O problema não está na insuficiência da demanda efetiva, mas, ao contrário, está no próprio movimento intrínseco de valorização do capital. As crises não decorrem do mau funcionamento do capitalismo, e, sim, do seu próprio sucesso em manter a acumulação de capital em patamares sempre elevados. Por isso, dentro da perspectiva de Marx, as políticas econômicas não são capazes de resolver o problema estrutural do capitalismo, contido em suas contradições, mais especificamente, na tendência da queda da taxa de lucro.

Conclusivamente, é de se notar que a solução keynesiana não atinge as contradições do modo de produção capitalista, embora não se possa negar o grande mérito de Keynes, ao encontrar nos gastos públicos um meio do capitalismo conviver com suas contradições. A análise aqui desenvolvida parece mostrar que esse tipo de solução, mesmo assegurando a continuidade da acumulação no setor produtivo, apenas faz com que a economia resista por um prazo mais longo ao desenvolvimento das forças causadoras da superprodução (Polari, 1984, p. 109).

Diante desse quadro, a política fiscal e/ou política monetária, tal como proposta por Keynes, não ajudam a resolver a crise. Segundo Roberts (2012), o aumento do gasto público pode aliviar algumas dores, mas não pode restaurar a lucratividade. A política fiscal faz com que os meios de

produção não sejam destruídos, mas, ao contrário, sejam ampliados. Ao invés de recuperar a taxa de lucro, o Estado garante que ela continue decaindo ao estimular ainda mais os investimentos – ou seja, com o contínuo crescimento da composição orgânica do capital.

Programas de gastos do governo de estilo keynesiano podem aliviar parte da dor do trabalho e o investimento do governo pode ajudar a criar novos empregos. Mas isso não aumentará a lucratividade, mas será às suas custas. E enquanto o capitalismo for a forma dominante de produção social, isso significará que os gastos do governo atrasarão a recuperação capitalista, não acelerarão (Roberts, 2012, p. 9)

As políticas econômicas keynesianas evitam que capital seja destruído, o que, por sua vez, impede a retomada da lucratividade. Não à toa, a forma como a perspectiva Marxista e Keynesiana lidam com a crise são antagônicas: a primeira aponta que a única forma de resolver a crise é com destruição de capital; a segunda, estimulando a formação de capital.

Para essa corrente marxista, a queda na taxa de lucro é inevitável, assim como as oscilações da economia. Mas, ao contrário da visão keynesiana, é impossível adoção de políticas²⁰ – como política fiscal e monetária –, a longo prazo, que evitem essa volatilidade e diminuição dos lucros. Como as crises são consequências das contradições internas ao próprio capitalismo não há como controlá-las ou mesmo evitá-las, como defendia Keynes.

Nesse sentido, para evitar que as crises não existam mais, faz-se necessário ir além das meras medidas estatais típicas de resolução, e, segundo essa visão, acabar com o próprio capitalismo. Seria necessário substituir o atual modo de produção por um em que a produção seja controlada democraticamente e socialmente (Roberts, 2012).

Assim, a contradição no capitalismo e os efeitos da contradição não derivam de qualquer forma particular de capitalismo, e não podem ser superados pela substituição de uma forma particular do sistema por outra diferente. Para superá-los, é necessário acabar com o capital, que exige, como vemos, a eliminação das mercadorias e da produção de mercadorias – ou seja, com valor e produção de valor (Klimann, 2012, p. 27).

A crise no pensamento de Marx e na corrente marxista não está na insuficiência da demanda efetiva, e, sim, na própria contradição do capitalismo em substituir crescentemente a sua própria base de valorização – o trabalho vivo. Com a queda na taxa de lucro, a única forma de resolver a crise é destruir capital e, mesmo assim, não há garantia de que ela seja retomada em patamares elevados. Constantemente, o capitalismo estará sujeito a crises, causando enormes danos à sociedade como um todo. Por isso, a receita mais estrutural é a própria superação do capitalismo e não sua manutenção, via políticas econômicas, tal como Keynes e a vertente keynesiana.

Conclusão

O intuito desse artigo foi apontar a discussão sobre natureza da crise para Keynes e para Marx. Apesar de algumas semelhanças de pensamento, tais como natureza instável do capitalismo e do lucro monetário como núcleo central das atividades capitalistas, há diferenças consideráveis quanto ao diagnóstico da crise e suas soluções.

(20) Mesmo as políticas de contra tendência não são capazes de anular a queda da taxa de lucro.

Para o pensamento keynesiano, o problema das crises está na falta de demanda efetiva, ou seja, na baixa expectativa de ganhos futuros, dada a incerteza, fazendo com que os empresários reduzam o investimento hoje, diminuindo emprego e renda. Quando a incerteza é grande e essas expectativas são fortemente negativas, então, há uma ruptura profunda, com os agentes optando pela liquidez. A crise se instala nesse cenário. Com o intuito de resolvê-la, defende-se a utilização tanto da política monetária para baixar a taxa de juros quanto da política fiscal para sustentar demanda agregada elevada e manter as expectativas de lucro – por meio da elevação da eficiência marginal do capital – para que os capitalistas continuem investindo e gerando renda.

Por outro lado, os marxistas aqui analisados, assim como para o próprio Marx, partem da chamada Lei Tendencial de Queda na taxa de lucro, segundo a qual a busca incessante por lucros faz com que os capitalistas contratem mais meios de produção em detrimento de trabalhadores, os quais são a base para extração do mais-valor. Dessa forma, ao aumentar o capital constante e reduzir o capital variável proporcionalmente, a base de extração de mais-valor se reduz, diminuindo a taxa de lucro como consequência. A economia entra em uma espiral negativa.

O ponto é que a causa da crise, nessa perspectiva, não é falta de perspectiva de demanda e de lucros futuros, mas é causada por mecanismos internos ao próprio capitalismo, ou seja, é o próprio movimento de buscar mais lucros que faz com que a lucratividade se reduza ao longo do tempo. Por mais que se tente evitar a crise, as contra tendências são insuficientes no longo prazo para contrabalancear a lei.

O reestabelecimento da taxa lucro ocorre com a destruição de capital – tanto em termos físicos quanto em valor. Por isso, destaca-se a necessidade de se deixar o capital ocioso. Nesse sentido, as políticas keynesianas que visam sustentar a demanda agregada e, conseqüentemente, os lucros impedem a destruição de capital e a própria retomada da taxa lucro. No fundo, essas políticas agravam ainda mais as contradições latentes do capitalismo, sem resolvê-las. A forma para eliminar os problemas decorrentes do próprio movimento é a sua plena substituição por outro modo de produção mais voltado para questão social e não para produzir de valor.

O ponto em comum entre Marx e Keynes está em caracterizar a economia capitalista como uma economia monetária de produção, na qual a finalidade das decisões de produção depende a obtenção de mais dinheiro ao final do processo e não mais mercadorias, como a economia clássica pressupunha. Contudo, para Marx, ainda que o dinheiro pudesse servir como ativo a ser retido e possibilitar crises, o problema das crises não está na preferência pela liquidez, mas nas contradições internas do próprio capitalismo. Inclusive, o próprio movimento do capital está fora de controle dos capitalistas. Já para Keynes, os possuidores de riqueza podem escolher entre acumular capital ou ficarem líquidos.

Nesse sentido, o que quisemos demonstrar é que, por mais que ambas perspectivas apresentem traços comuns quanto à natureza do capitalismo e a impossibilidade de deixá-lo às suas próprias forças, no que se refere à possibilidade de gestão desse sistema, essas duas correntes são inconciliáveis.

Bibliografia

AFONSO, J. R. *Keynes, crise e política fiscal*. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

ALMEIDA, J. G.; BELLUZZO, L. G. M. Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

BELLUZZO, L. G. M. *O tempo de Keynes nos tempos do capitalismo*. São Paulo: Contracorrente, 2016.

BORGES NETO, J. M. *Duplo caráter do trabalho, valor e economia capitalista*. Tese (Doutorado)– Universidade de São Paulo – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade: São Paulo, 2002.

CALLINICOS, A. *Deciphering capital: Marx's capital and its destiny*. London: Bookmarks Publications, 2014.

CARVALHO, F. C. Políticas econômicas para economias monetárias. In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F. *Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea*. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1999.

CARVALHO, F. C. Uma contribuição ao debate em torno da eficácia da política monetária e algumas implicações para o caso do Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 25, n. 4 (100), p. 323-336, out./dez. 2005.

CARVALHO, F. C. Equilíbrio fiscal e política econômica Keynesiana. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 26, n. 50, p. 7-25, set. 2008.

CHICK, V. *Macroeconomia após Keynes: um reexame da Teoria Geral*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

DAVIDSON, P. *Post Keynesian macroeconomic theory: a foundation for successful economic policies for the Twenty-first century*. Edward Elgar, 1994.

HEINRICH, M. *An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital*. New York: Monthly Review Press, 2012

KEYNES, J. M. *The collected writings of John Maynard Keynes: the General Theory and after, Part I – Presentation*, v.13. London: Macmillan, 1973.

KEYNES, J.M. *The collected writings of John Maynard Keynes: the General Theory and after*, v. 29. London: Macmillan; Cambridge University, 1979.

KEYNES, J.M. *The collected writings of John Maynard Keynes: activities 1944-1946 shaping the post-war world: employment and commodities*, v. 27. London: Macmillan; Cambridge University, 1980.

KEYNES, J.M. A teoria geral do emprego. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *Keynes*. São Paulo: Ática, 1984.

KEYNES, J. M. *Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda*. Editora Saraiva, 2012.

KLIMAN, A. *The failure of capitalist production*. London: Pluto Press, 2012.

MAZZUCHELLI, F. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

- MARX, K. *O capital* – Crítica da Economia Política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 3, tomo 1.
- MARX, K. *O capital: a crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.
- MINSKY, H. *John Maynard Keynes*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- MINSKY, H. *Estabilizando uma economia instável*. São Paulo: Novo Século, 2013.
- POLARI, R. S. A concepção Keynesiana das crises econômicas e sua crítica com base em Marx. *Revista de Economia Política*, v. 4, n .2, abr./jun. 1984.
- ROBERTS, Michael. *Keynes, the profits equation and the Marxist multiplier*. Michael Roberts blog, 2012. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2012/06/13/keynes-the-profits-equation-and-the-marxist-multiplier/>.
- ROBERTS, Michael. *The long depression: how it happened, why it happened, and what it happens next*. Chicago: Haymarket Books, 2016.
- RODOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.
- RUBIN, I. *A Teoria Marxista do valor*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.
- SAWAYA, R. *Subordinação consentida: capital multinacional no processo de acumulação da América Latina e Brasil*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.